

Os reflexos da crise urbana

por José Casado

Reflexos previsíveis — e imediatos — da primeira grande crise econômica do Brasil urbano, segundo Adroaldo Moura da Silva, economista da Universidade de São Paulo (USP): tudo o que for medido



Adroaldo Moura da Silva

em moeda estrangeira tende a ficar cada vez mais caro e, conseqüentemente, o consumidor brasileiro terá acesso cada vez mais restrito a bens de padrão internacional; no lado empresarial, os grandes, e únicos, beneficiários serão os exportadores e aqueles que conseguirem aumentar o nível de eficiência energética nas suas linhas de produção.

Em outras palavras, o Brasil urbano tende a ficar mais pobre, a cada dia. E isso, segundo o professor Moura da Silva, porque o País está negociando um autêntico “teorema da impossibilidade” com os seus credores internacionais.

Comete-se, de acordo com a sua análise, um “fantástico equívoco” na renegociação da dívida externa brasileira, que pode comprometer ainda mais o futuro: “O nosso custo real de carregar posição é muito mais alto do que a nossa capacidade de geração de divisas. A única ênfase no atual processo de renegociação da dívida é a dimensão do déficit público. Ora, não dá para fazer o ajuste que o Fundo Monetário Internacional (FMI) pretende no prazo de um ano, nessa intensidade que ele está desejando e o governo brasileiro aceitando. E um equívoco pretender reduzir o

déficit público em 50%, em um ano, quando a única forma que temos de pagar nossa gigantesca dívida externa é transformando trabalho de baiano em moeda estrangeira”.

A alternativa, como expôs Moura da Silva, na sua palestra de encerramento do II Colóquio Multi-Setorial, realizado pela Gazeta Mercantil e Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, na semana passada, é uma radical mudança de atitude na renegociação da dívida externa e na forma de tocar a política econômica doméstica.

Na mesa de negociação com os credores, entende Moura da Silva, é imperativo que o País obtenha um compromisso dos credores em sentido diametralmente oposto ao acordo que está nascendo: “Há necessidade de tempo para o Brasil. Os credores precisam ser ‘conscientizados’ sobre sua parcela de responsabilidade nessa crise, e a cessação de tempo significa, para eles, custos; Mas, eles têm de arcar com o custo do refinanciamento da dívida por um prazo mais longo, com maior carência, porque são responsáveis por nossa crise, também”.

Acrescenta: “Nossa capacidade de pagamento da dívida está limitada, sobretudo, pelo avanço do protecionismo e pela recessão da economia mundial; portanto, eles também são responsáveis. O outro ponto fundamental, aí, é que temos de ter assegurado um mínimo de crescimento no Produto Interno Bruto. É um problema vital à sobrevivência da economia e da estabilidade política do País: não podemos apertar ainda mais o cinto do Severino da Silva, da periferia de São Paulo, apenas para atender à metodologia do Fundo Monetário Internacional”.

No “front” interno da economia, observa Moura da Silva, algumas mudanças se impõem. A principal “é a disso-

ciação da política cambial do risco financeiro, sem o que não teremos uma política monetária coerente”. Está em curso — diagnóstica — um amplo processo de “dolorização das mentes dos brasileiros”. E torna-se iminente a necessidade de rompimento desse processo, julga.

“Não podemos permitir que a política cambial passe a ditar o rumo e os parâmetros da política econômica doméstica. Sem eliminarmos o risco cambial nas operações domésticas, não teremos condição de reduzir substancialmente a taxa real de juros e não sairemos do círculo vicioso e perigoso, porque tudo aquilo que for medido em moeda estrangeira vai ficar mais caro, a cada dia, no Brasil”, comenta.

Eliminar o risco cambial nas transações econômicas domésticas é, para Moura da Silva, de absoluta e vital importância, “porque, de repente, temos na política cambial o instrumento mais importante, e ela acarreta problemas em todos os níveis da vida nacional; tanto o chefe de gabinete de uma prefeitura do interior do Piauí quanto o secretário da Fazenda de São Paulo passaram a viver um drama diário, a expectativa do câmbio e, em função dessa expectativa, passam a atuar no mercado financeiro de forma e influenciar decisivamente a elevação dos juros”.

O ponto de partida, segundo ele, é um planejamento de médio e longo prazo para, e economia brasileira, “mas para planejar o futuro é preciso renegociar direito a dívida no presente”. Da plateia, um empresário interpelou o professor: “Como fazer isso?”.

Sua resposta: “Alguém, como por exemplo um Tancredo Neves, vai ter de segurar essa ‘peteca’. A angústia é nacional e legítima, mas todo o mundo conhece o calendário eleitoral brasileiro”.